



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 19 de janeiro de 2013

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|---|
| A CRITICA Economia sofrerá abalos..... | 1 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA Economia de 45% no INSS patronal..... | 2 |
| ECONOMIA | |
| A CRITICA Rogério Pina | 3 |
| BEM VIVER | |
| AMAZONAS EM TEMPO Contexto | 4 |
| OPINIÃO | |
| AMAZONAS EM TEMPO Terminal Pesqueiro será inaugurado em dois meses | 5 |
| ECONOMIA | |

Economia sofrerá abalos

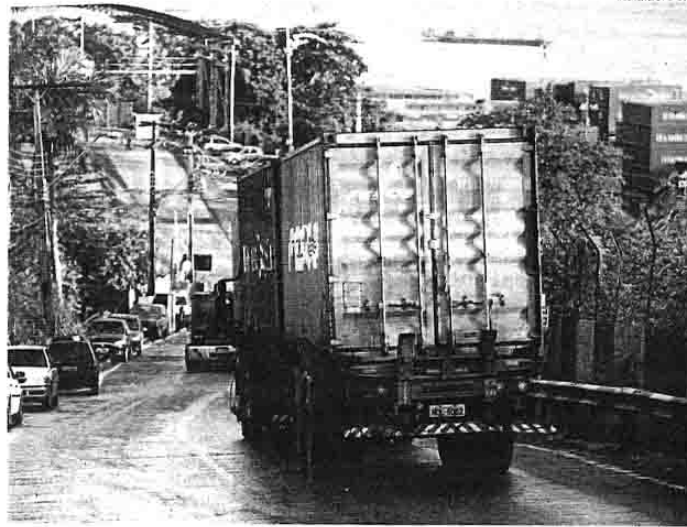
aden@critica.com.br

O Polo Industrial de Manaus, o comércio da capital amazonense e, por conseguinte a arrecadação do Estado, sofrerão impactos negativos nas próximas semanas, com a decisão do Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT-AM) de interditar a rua Zebu, na Colônia Oliveira Machado.

Essa rua serve de acesso aos dois principais portos privados de Manaus, o Chibatão e o Super Terminais, por onde entram mercadorias para abastecer o comércio local, bem como insumos para as indústrias incentivadas da Zona Franca de Manaus.

O pedido será solicitado judicialmente até a próxima sexta-feira, pelo MPT da 11ª Região. Ontem, os procuradores do Trabalho, Jeibson dos Santos Justiniano e Ilan Fonseca de Souza, junto a dois auditores fiscais do trabalho visitaram a área dos Super Terminais para averiguar a denúncia de um deslizamento de talude (declive que garante a estabilidade dos aterros feitos na área). Após constatar a irregularidade, a Superintendência Regional do Trabalho (SRTE) decidiu por interditar o pátio 4 dos Super Terminais.

O termo de interdição será entregue à empresa na terça-feira, 22. Baseada no laudo e devido aos grandes riscos de desabamento na área, o MPT pretende solicitar a interdição total da rua Zebu, até que o problema seja resolvido. "A empresa nos pediu 15 dias para



A interdição impedirá a movimentação de cargas e descarga de mercadorias nos portos Chibatão e Superterminais

solucionar as pedências no pátio do Porto. Existem riscos reais de desabamento da via pública", ressaltou o procurador Ilan Fonseca. Procurados pela reportagem, os responsáveis pelo Super Terminais não quiseram se pronunciar.

PROBLEMAS

Vice presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Wilson Périco vê a decisão com temor. "Os impactos serão muito grandes.

Deslizamento

No dia 22 de dezembro do ano passado, após um grave acidente no início do ano, o Porto Chibatão voltou a sofrer um deslizamento de terra numa área que estava em obras. Desta vez, ao contrário da anterior, não houve perdas de material (mercadorias e insumos) nem de vidas.

Hoje 40% dos insumos para as indústrias chegam à Manaus pelo Super Terminais e os outros 60% pelo Porto Chibatão. O comércio e a arrecadação do Estado também ficarão comprometidas caso os 15 dias de interdição da área se concretizem", lamentou Périco. Ele espera que o poder público aproveite o fato para pensar novas opções logísticas para o Estado. "Não podemos ficar mais sendo reféns de dois prestadores de serviço. O Amazonas precisa



Wilson Périco, vice-pres. da Fieam



José Tadros, da Fecomércio-AM.

Efeitos da interdição preocupam

Com a impossibilidade de acesso aos dois principais portos da cidade, a entrada de mercadorias ficará restringida em Manaus, o que vai gerar um impacto imediato na arrecadação do Estado. Para o secretário executivo de Arrecadação da Sefaz, Jorge Jatahy, o momento é de avaliar os efeitos que a interdição pode causar. "Estou sabendo desta notícia agora e é até precipitado falar sobre os impactos que isto causará. A princípio, com menos mercadorias entrando na cidade, teremos menos recolhimento de impostos. Se realmente a interdição por 15 dias vier a acontecer, vamos precisar de alternativas para a entrada de cargas no Estado. Nenhum porto aqui possui a estrutura e a capacidade do Chibatão, por exemplo. Assim que tivermos mais informações, vamos fazer uma avaliação criteriosa para tentar minimizar os efeitos desta interdição", contou o secretário. Jorge também se mostrou preocupado em relação ao abastecimento da cidade nesse período.

de investimentos urgentes na sua infraestrutura", completou.

O presidente da Federação do Comércio, José Roberto Tadros, também manifestou preocupação. "Apesar de a interdição ser justificada, pois existem riscos de vida aos trabalhadores do local, ela preocupa. Vamos ter que buscar soluções de urgência como o porto do Centro, a Ceasa, a Siderama. Caso contrário, teremos um caos no comércio local na hora de repor estoques", declarou Tadros.

Economia de 45% no INSS patronal

É a estimativa feita pelo setor termoplástico do PIM que comemora desoneração da folha pelo governo

As empresas do setor termoplástico devem conseguir pelo menos 45% de economia no pagamento do INSS patronal com a base de cálculo da nova contribuição previdenciária. A determinação do Governo Federal entra em vigor este ano para desoneração tributária de diversos setores da economia.

No entanto, o assunto é divergente e não tem agradado a to-

dos. Isso porque empresas com o menor número de funcionários ou maior processo de automação industrial vão acabar pagando mais impostos.

A contribuição patronal do INSS passará a ser de 1% ou 2% sobre a receita bruta para determinados setores, em substituição à contribuição previdenciária de 20% sobre o total da folha de pagamento

dos salários dos empregados, de acordo com a lei nº 12.546/11.

O Sindicato das Indústrias de Material Plástico de Manaus (Simplast), que representa 4,61% do faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) e possui 8,8 mil funcionários, chegou a essa constatação e comemorou a decisão do governo. Na última quarta-feira, o setor realizou

uma palestra, na sede do sindicato, para esclarecer o assunto a diretores de empresas, gestores de recursos humanos, empresas de contabilidade, contadores, auditores e departamentos jurídicos. A palestra foi realizada pelos advogados André Eduardo Dantas e Geraldo dos Santos, especialistas em Direito Tributário.

"Politicamente vai ser uma



Valdeci Soares, assessor jurídico

Divulgação

forma de dar um auxílio ao nosso mercado de plástico, nos dará um fôlego para pagarmos menos impostos e investirmos em conhecimento", disse o diretor executivo do Simplast, Paulo de Abreu.

O assessor jurídico do Simplast, Valdeci Soares, exemplificou que se uma empresa pagava R\$ 100 mil contribuição, agora pagará R\$ 55 mil.

O Simplast-AM congrega 140 empresas que empregam 8.800 empregados. No início de 2012, o número de funcionários era 11.400. A queda expressiva foi em função da crise no setor de duas rodas, que reduziu as encomendas ao setor termoplástico. O faturamento até novembro de 2012 foi de R\$ 1.608 bilhão, 8% menor que 2011.

Rogério Pina



A Moto Honda da Amazônia atingiu na última quinta-feira mais um fato histórico de sua atuação no País: a produção da moto de número 18 milhões em sua fábrica de Manaus, uma CG 150 Fan, com tecnologia flex. Para celebrar a data, foi realizada uma cerimônia interna com a presença do presidente da Honda South America, Masahiro Takedagawa; do presidente da Moto Honda da Amazônia, Issao Mizoguchi; e do vice-presidente Yukihiro Tsurunishi

Contexto

Braga detona PEC da Música

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 123/2011, conhecida como PEC da Música, já pode voltar a ser discutida no plenário do Senado.

De autoria do deputado federal Otávio Leite (PSDB-RJ), a proposta livra de impostos CDs e DVDs produzidos no Brasil "contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros". A aprovação da PEC na CCJ, no entanto, não ocorreu sem polêmica. A matéria recebeu o voto contrário do senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Risco à ZFM

Eduardo fez questão de deixar claro que sua posição não representava desprezo pela cultura e pelos artistas brasileiros.

Mas era motivada pelo risco à indústria fonográfica e de vídeo instalada na Zona Franca de Manaus.

Nada contra

Eduardo disse que o Amazonas não tem nada contra incentivos à cultura, aos compositores e intérpretes da música brasileira.

— Mas acreditamos que a aprovação desta PEC não garantirá o combate à pirataria e não terá os efeitos esperados pelos seus defensores —, declarou.

Emprego

Eduardo Braga advertiu também que a Zona Franca detém 98% da indústria fonográfica e de vídeo e emprega 7 mil trabalhadores no setor.

Terminal Pesqueiro será inaugurado em dois meses

Até a Semana Santa, o terminal pesqueiro da capital amazonense, localizado no bairro Colônia Oliveira Machado, vai estar em pleno funcionamento. As negociações para a inauguração do local, que será a "porta de entrada" do pescado na capital amazonense, serão retomadas pela Prefeitura de Manaus junto aos órgãos responsáveis pelo funcionamento do terminal.

A garantia de funcionamento foi dada pelo prefeito Arthur Virgílio Neto, que após reunião com a Federação da Pesca do Estado do Amazonas (Fepesca), anunciou que o terminal será inaugurado até o final do primeiro trimestre deste ano. "O nosso objetivo é apoiar os pescadores, trabalhar em conjunto com a colônia e colocar o terminal para funcionar até a Semana Santa, período no qual o consumo de peixe pela população é impulsionado", garantiu.

Virgílio Neto destacou, ainda, que, assim como o terminal, a situação das balsas onde os barcos atracam para o desembarque do pescado também será solucionada. "As balsas estão funcionando precariamente e isso não é justo nem com Manaus e nem com quem trabalha no setor", pontuou o prefeito, que havia visitado o complexo no último dia 8.

Após visitar o complexo, o prefeito solicitou um parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM) sobre os empecilhos que dificultavam

a inauguração do espaço. Foi constatado que o funcionamento do terminal depende de um entendimento entre a administração municipal, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) — órgão detentor dos direitos sobre o local —, o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Secretaria do Patrimônio da Reunião (SPU).

"Nós temos duas possibilidades e a primeira é a prefeitura assumir a administração do

IMPASSE

O terminal foi concluído há mais de dois anos, mas nunca entrou em atividade. A obra, que custou R\$ 20 milhões, chegou a ser embargada pela Justiça por falta de definição sobre a posse do terreno

terminal, enquanto a segunda é fazer uma gestão compartilhada com o Dnit. Nós estamos lutando pela primeira", relatou o prefeito.

Exposição de problemas

O presidente da Fepesca, Walzenir Falcão, disse que a categoria procurou o prefeito para expor os problemas em relação ao desembarque e atracação das embarcações, que, atualmente, são feitos de forma precária. "As balsas que nós temos hoje atendem

precariamente o setor e não oferecem as condições necessárias para que chegue um peixe de qualidade à mesa do consumidor", afirmou.

Falcão disse, ainda, que o assunto foi levado ao conhecimento do Ministério da Pesca e Aquicultura no início desta semana. "Na última terça-feira, participei de uma reunião com representantes do ministério que se comprometeram em resolver a situação do Terminal Pesqueiro de Manaus. Agora, com a iniciativa do prefeito, estamos mais otimistas ainda", destacou.

O dirigente frisou que, dentro de três dias, se reunirá com o representantes da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (Sempab) e serão tratadas as questões relacionadas ao repasse financeiro do Dnit, para que o terminal inicie as operações.

Estrutura

O Terminal Pesqueiro de Manaus foi concluído há mais de dois anos, mas nunca entrou em atividade. A obra, que custou R\$ 20 milhões, chegou a ser embargada pela Justiça por falta de definição sobre a posse do terreno. Na administração anterior, o terminal seria repassado para o Ministério da Pesca e Aquicultura, mas o processo não foi concluído por causa desse impasse.

Quando inaugurado, o terminal terá capacidade para armazenar 200 toneladas de pescado.